



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIA DE FÁTIMA FRITZ DA SILVA

## **FRACASSO ESCOLAR**

CURITIBA

**2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIA DE FÁTIMA FRITZ DA SILVA

## FRACASSO ESCOLAR

Trabalho apresentado ao Curso de Pós Graduação em Especialização de Políticas Públicas Educacionais, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ana Lorena Bruel

CURITIBA


**2015**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

LUCIA DE FÁTIMA FRITZ DA SILVA

**FRACASSO ESCOLAR**

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



Profa. Dra. Ana Lorena de Oliveira Briel  
Orientadora



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia  
Coordenadora do Curso

## Resumo

O objetivo do presente trabalho é abordar um breve estudo, através de pesquisa qualitativa, sobre as razões do Fracasso Escolar, suas causas e consequências. São vários os fatores que interferem para que os educandos venham a ter seus processos educativos frustrados, seja, não aprendizagem, reprovação e abandono ou evasão escolar. Estes fatos ocorrem basicamente no interior dos estabelecimentos mas são proporcionados também por fatores externos, pela sociedade como um todo, pela dificuldade de participação da família, dificuldades financeiras, motivacionais, emocionais, questões de saúde e de segurança e por falta de recursos dos quais não raro acontece por falta de vontade política do poder público. Além dos atores sociais acima relacionados, também foi concluído através da pesquisa que a participação dos estudantes também é determinante para que haja o acesso, a permanência, a apropriação do conhecimento ou o contrário disto o insucesso e o abandono escolar, quando não há por parte destes uma perspectiva de vida ou atração pelo processo da aquisição do conhecimento, decorrente de questões sociais, familiares bem como discriminação, dificuldades de suprimento de necessidades básicas humanas.

**Palavras-chave:** fracasso escolar. Reprovação. Abandono. Evasão escolar.

## Abstract

The aim of this work is to approach a brief study, through qualitative research on the reasons for failure School, its causes and consequences. There are several factors that interfere so that the students will have their frustrated educational processes, are, not learning, failure and dropout or truancy. These events primarily occur within the institutions but are also provided by external factors, by society as a whole , the difficulty of family involvement, financial difficulties, motivational, emotional, health and safety issues and lack of resources that do not rarely happens for lack of political will of the government. In addition to the stakeholders listed above, has also been

completed through research that student participation is also crucial so that there is access, the permanence, the appropriation of knowledge or otherwise of this failure and school drop when there is not by such a perspective of life and attraction of knowledge acquisition process, due to social, family and discrimination, supply difficulties of basic human needs.

Keywords: School Failure. Reproof. Abandonment. Truancy.

## Sumário

Apresentação .....	7
Fatores intra-escolares do Insucesso Escolar .....	9
Fatores externos à escola que promovem o Fracasso Escolar .....	21
Gestão Escolar e Avaliação Institucional: estratégias para enfrentar a reprovção .....	30
Considerações finais .....	38
Referências Bibliográficas .....	39

## **Apresentação**

A pesquisa apresentada neste trabalho de conclusão do curso de especialização tomou como questão central a compreensão sobre o fracasso escolar e suas múltiplas facetas.

Buscando compreender os fenômenos que influenciam os processos pedagógicos, no que tange ao sucesso ou insucesso escolar, motivada pela necessidade de compreender a razão da não aprendizagem, da repetência e da evasão escolar, optei por pesquisar sobre o contexto que influencia nas relações pessoais, nos comportamentos humanos, numa sociedade capitalista, com divisão de classes sociais, e o que isto tudo implica no processo pedagógico desenvolvido no interior das instituições escolares.

Questões norteadoras deste trabalho de pesquisa: Quais são as causas do fracasso escolar? Qual forma de ajuda à população é possível para melhoria da aprendizagem? Quais características da sociedade podem ser consideradas relevantes para a compreensão sobre o insucesso escolar? Que políticas públicas podem ser adotadas para redução do fracasso escolar?

Os objetivos deste estudo centraram-se na análise dos fatores intra e extraescolares relacionados ao fracasso escolar. Em relação aos fatores internos, procurou-se compreender de que forma influenciam nos resultados de aprendizagens, de resultados finais de anos letivos, seja: abandono, evasão, aprovação ou reprovação.

Com relação aos fatores externos, cabe lembrar que todas as camadas da sociedade se envolvem, direta ou indiretamente, no processo educativo escolar, isto é, socialmente, cabe a cada cidadão brasileiro parte da responsabilidade sobre a educação, para que haja resultados satisfatórios.

A avaliação está presente em nossas vidas e com relação ao sistema educacional isto é uma realidade da qual não se pode furtar. Mas esta não deve ser somente com relação aos educandos, mas também da Instituição, dos profissionais,

neste caso, por colegas e alunos, bem como a autoavaliação, refletindo na própria prática, para possíveis mudanças que se façam necessárias.

O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica qualitativa, com análises dos vários fatores que determinam o aproveitamento ou o fracasso escolar dos estudantes, em nossa nação. A pesquisa de caráter bibliográfico tem um papel fundamental na fundamentação teórica acerca do objeto de estudo, este percurso metodológico mostra-se importante para a elaboração de hipóteses e construção de sínteses integradoras a respeito do tema estudado.

Este trabalho monográfico está organizado em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta uma reflexão sobre os fatores intraescolares apontados na literatura como elementos relacionados ao insucesso escolar. O Capítulo 2, intitulado “Fatores externos à escola que promovem o Fracasso Escolar”, procura levar o leitor a compreender que há uma conexão entre fatores internos e externos à escola que confluem para a produção do fracasso escolar em suas múltiplas dimensões, a reprovação, a evasão e o abandono.

No terceiro Capítulo procurou-se relacionar a problemática do fracasso escolar às questões de gestão da escola e avaliação institucional, no sentido de alargar as reflexões construídas até então a fim de pensar a importância da mobilização do conjunto da comunidade escolar para enfrentar a situação. O capítulo tem o intuito de indicar a avaliação institucional como importante instrumento de gestão e de reflexão sobre os problemas enfrentados pela escola, como o fracasso escolar, no sentido da superação desses problemas e melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.



## Capítulo 1 - Fatores intra-escolares do Insucesso Escolar

A educação, no decorrer da história, vem perpassando por diferentes metodologias filosóficas. As mudanças são significativas, tendo pontos relevantes tanto nos aspectos positivos, quanto negativos. Atualmente, fala-se em uso misto de metodologias de ensino com caráter escolanovista, tecnicista e de complexidade, porém, o predominante é, ainda, o modelo de metodologia de ensino tradicional, onde o professor, não raro, é o detentor do saber e o aluno o “depositário” deste saber, e não o protagonista do seu próprio conhecimento. E no atual contexto, com tantos recursos midiáticos, com diversidade cultural tão abrangente, não se pode conceber *aula expositiva*, sem aproveitamento dos recursos disponíveis e o conhecimento extra escolar dos educandos.

Apesar de se ter propostas filosóficas de formação plena de cidadãos, na aplicação destas, a escola se torna inoperante. Ela necessita formar o cidadão pleno de fato, e não só preparar para o vestibular ou para o mercado de trabalho, ou para nenhuma das coisas, como acaba por acontecer. É necessário melhorar o ensino. Mas como, com tantas dificuldades inerentes ao cotidiano escolar: salas lotadas, alunos de inclusão em meio aos demais, sem preparo específico para o professor, cuja formação não contemplou tais dificuldades?

Deve ser considerado também o estado de espírito destes profissionais, pois após longa jornada de formação e também especialização e formação permanente, vê seu trabalho tão desvalorizado, se comparado a outros profissionais com menor formação acadêmica talvez. Diante do desrespeito pessoal, de remuneração, de péssimas condições de trabalho (em alguns casos mais relevantes), da falta de apoio, que há de se esperar de excelente na prática pedagógica, tão imprescindível para a formação humana?

A escola deve ser atraente, prazerosa, ministrar conteúdos significativos, de forma livre, alegre. Porém, por outro lado, o estudante também tem que querer estudar, buscar o conhecimento. Pois esta busca nem sempre é símbolo de prazer, de festa, mas implica renúncia de alguma forma.

A falta de avaliação institucional, por certo é um dos motivos de fracasso

escolar, pois quando não se para e avalia, para possíveis mudanças onde há necessidade destas, os processos continuam mais ou menos sem rumos definidos.

A democratização da escola está ligada ao acesso, permanência e à conclusão com qualidade e diz respeito ao *como*, ao *que* e ao *quanto* se ensina (Mello, 1981). O que a escola pública brasileira tem ensinado aos alunos das classes trabalhadoras? Esses alunos têm se apropriado satisfatoriamente dos conhecimentos científicos? O coletivo da escola analisa o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, no que se refere ao não cumprimento da função social da escola? Em quais determinantes a escola pública, tem esbarrado para a não formação de nossos alunos “como autônomos”?

Ainda relacionado aos fatores internos:

É no conjunto dos fatores constitutivos das práticas presentes no interior da escola que devem ser buscadas as causas de seus problemas e as fontes de suas soluções, no montante e na utilização dos recursos materiais e financeiros; na organização do trabalho; nos métodos de ensino; na formação, desempenho e satisfação do pessoal escolar; nos currículos e nos programas; no tamanho das turmas; na adequação dos edifícios; na utilização de tempos e espaços; na distribuição da autoridade e do poder na instituição; na relação com os membros da comunidade e na importância que se dê a seu papel como cidadãos/sujeitos; no planejamento, na avaliação e no acompanhamento constante das práticas escolares; enfim, em tudo que diz respeito à estrutura e ao funcionamento da escola. Quando se deixa de considerar esses aspectos, está-se contribuindo, indiretamente, para que os educadores não tenham condições de realizar satisfatoriamente seu trabalho e, apelem para a reprovação como última tábua de alvação que os livre do vexame de serem tratados de incompetentes. (PARO, ano 2001, p. 99)

O sistema educacional, cada instituição em si, os profissionais, precisam compreender o novo sujeito que é o nosso educando na realidade atual, não mais aquele cidadão que chega e recebe tudo – depositário, sem criticar o porquê disto ou daquilo. O aluno que fora do contexto escolar, já domina vários outros equipamentos, que traz uma carga acentuada da sua própria cultura, e que por causa disto, se rebela. Aí acontece o que conveníamos chamar de “indisciplinado”, o que muitas vezes não é senão um grito de “você não tem algo melhor para me oferecer”?

Não estaria a escola necessitando de mudanças significativas? Não deveria avaliar-se, por na balança os motivos internos, pelos quais são dificultados os processos? Na atualidade, muitas são as tecnologias com os quais a escola disputa

a atenção dos educandos, numa competição desigual, na qual a escola sai perdendo, porquanto estas outras atividades são mais atraentes, muito mais prazerosas, e não envolve obrigatoriedade, conteúdos, horários.

Muitas vezes a aprendizagem não é significativa e não raro os conteúdos aplicados são descontextualizados e nada tem a ver com a realidade do aluno, tornando-se assim, soltos, incompreensíveis.

Então, não deveria a escola, fazer proveito do que o aluno tem na mão, como ferramenta pedagógica? Não deveria utilizar a cultura incorporada do aluno, entrelaçando ao conteúdo, de forma que este se torne atraente, suscetível, formador, para que ultrapasse o senso comum?

Em vez de reconhecer que o ensino e as condições de aprendizado na escola não conseguem atrair o aluno, os educadores em geral buscam no aluno a culpa por seu desinteresse. Quando se esgotam os argumentos relacionados à má vontade do aluno, apelam para as justificativas relacionadas à saúde, à desnutrição e aos desajustamentos psicológicos e até distúrbios neurológicos, motivos que, como a realidade tem mostrado, podem até explicar um ou outro caso, mas se prestam a falsear a realidade quando pretendem justificar os grandes contingentes de crianças que “não são levadas a aprender”.

A má qualidade do ensino resulta em ineficiente preparação para o mercado de trabalho e para levar o aluno à universidade. Diante disto, se torna mais utópico ainda a tão almejada *formação do cidadão, consciente, crítico, preparado para enfrentar circunstâncias desafiadoras que se lhe apresente*.

Será que apenas com a preparação para o mercado de trabalho ou ensino superior estaremos promovendo a melhoria do bem-estar da sociedade? A escola, ao promover educação, tem que pensá-la de forma integral, não apenas em algumas de suas dimensões. Por isso, a escola tem baixa qualidade, porque não fornece o mínimo necessário para a criança e o adolescente construírem-se enquanto seres humanos.

Mas a população escolar mudou, e temos ainda as precárias condições de funcionamento das escolas mantidas pelo Estado e sua ineficácia diante de suas obrigações sociais.

A alegação da falta de interesse do aluno pelo mau desempenho escolar precisa ser combatida porque ela implica a própria renúncia da escola a uma de suas funções mais essenciais. Os equívocos advêm da atitude errônea de considerar a “aula” como produto do trabalho escolar. Desde que o professor deu uma boa aula, a escola cumpriu sua obrigação, apresentou seu produto, tudo o mais sendo responsabilidade do aluno. Mas a aula ou a situação de ensino constitui o próprio trabalho, não seu produto. Se a escola tem que responder por produtos, estes só podem ser o resultado da apropriação do saber pelos alunos. Se estes não aprenderam, a escola não foi produtiva. Dizer que a escola é produtiva porque deu boa aula, mas o aluno não aprendeu é o mesmo que dizer que a cirurgia foi um sucesso, mas o paciente morreu. O querer aprender precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo. Não cabe a escola renunciar a essa tarefa. Não tem sentido a alegação de que, se o aluno não quer aprender, não cabe à escola a responsabilidade por seu fracasso. Cabe sim, e esta é uma das suas mais importantes tarefas, levar o educando a querer aprender é o primeiro desafio da didática, do qual dependem todas as demais iniciativas. (PARO, 2000, p. 13)

Conforme já citado anteriormente, muitas são as mudanças que ocorrem na sociedade, porém a escola parou no tempo, o que se vê é uma educação tradicional e, infelizmente o aluno não é o protagonista do seu próprio conhecimento, o que o levaria a uma formação muito mais consistente. E por que a escola parou no tempo e é resistente a mudanças, daí o caos do ensino. A escola resistente ao novo, não é uma escola tradicional? Que mudanças se requer? Repensar currículos, metodologias, provocar reflexões, mudanças comportamentais também para os educadores.

Segundo Lima (1962), “o aluno deixa de exercer ativamente, prioritariamente, essencialmente, sua condição de estudante, já que sua principal função não é de alguém que estuda, mas de alguém que se desvencilha da ameaça de ser reprovado”. Há falta do docente no sentido de repassar ao aluno o verdadeiro objetivo pedagógico, que o mais importante é a aprendizagem, adquirir conhecimento, acima de tudo.

É verdade que “certos educadores se lamentam mais pelo aluno passar de ano sem saber do que por eles não saberem, independentemente de passarem ou não. Como se passar para a série seguinte sem saber seja pior do que não saber e continuar na mesma série” (PARO, ano 2001, p. 113). Mas, por que o aluno não aprende? Onde está, de fato, o problema? Currículo? Conteúdos? Metodologia? A

razão estaria só no interior da escola? A escola do jeito que está não consegue, não dá conta, mas o que precisa ser modificado, as dificuldades não se resolvem reprovando.

Claparède (1920) em *L'école sur mesure* [A escola sob medida] insiste em postular que quanto mais o ensino for adaptado às características do aluno, mais este aprenderá. (CRAHAY, 2007)

O balanço das pesquisas disponíveis sobre os efeitos da repetência não tem ambiguidade: em regra geral, os alunos fracos que repetem progredem menos que os outros alunos fracos que são promovidos. Ou seja, pode-se considerar que a repetência constitui um meio contraprodutivo de fazer face às dificuldades de aprendizagem dos alunos fracos. É, pois, necessário e urgente procurar outros meios de ação.

A composição das classes, e, mais ainda, seu tamanho constituem os determinantes da eficácia pedagógica. Ou seja, a eficácia pedagógica poderia ser aumentada de modo significativo se os professores se deparassem com classes homogêneas de tamanho reduzido. A redução do tamanho das classes permite aumentar a eficácia pedagógica? A relação entre tamanho da classe e rendimento escolar é particularmente visível.

Sobre a Gestão Escolar, que deveria ser democrática, com participação da comunidade nas tomadas de decisões relativas à estrutura da instituição, em relação a decisões sobre demandas e prioridades, no tocante a direcionamentos das verbas que a escola recebe e, principalmente, com relação às questões pedagógicas, como PPP, que engloba: currículo, visão filosófica da instituição, metodologia de ensino e avaliação de todos, inclusive da instituição. A partir destes dados, como podemos analisar a organização do trabalho pedagógico junto aos pedagogos, coordenadores e professores?

As condições de trabalho são as mais difíceis possíveis, pois a escola na atualidade, depende de equipe multidisciplinar, para auxiliar em suas demandas internas, onde os profissionais da educação não conseguem dar conta, pois não possuem formação adequada para determinadas situações contemporâneas, o que faz com que se torne mais difícil o processo educativo. Como exemplo pode-se citar

as questões de saúde, onde existe a necessidade de assistência específica para alguns casos. Também a questão da violência, hoje tão difícil devido a situações sociais e cujos assuntos os profissionais da educação não conseguem dar conta.

Outro agravante é a condição psicológica do aluno: com problemas de ordem familiar, financeira, sem acesso a grande parte da cultura que o estimularia na descoberta do conhecimento e não raro com sérios problemas de violência na família. Sem o auxílio de outros profissionais os alunos ficam à mercê dos perigos sociais, dos traficantes, com suas propostas “atrativas”. E aí a escola encontra dificuldades para ensinar, transmitir conhecimentos científicos. Verdade é, também, que existem fatores internos, como conteúdos, metodologia, recursos, que deveriam ter sido revistos há muito tempo.

As demandas do dia a dia excedem o número de profissionais para algumas situações, imprescindíveis para o bom desempenho do processo de ensino e aprendizagem, e além deste, para algumas necessidades inerentes ao ser humano, já que o objeto do trabalho escolar é um ser social, cujas dificuldades e cujos anseios não podem, em hipótese alguma, ser ignoradas sob pena de estarmos pondo em risco toda possibilidade de sucesso escolar.

Apesar de todos os esforços observados nos trabalhos de muitos educadores, a escola parece incompetente para cumprir sua função de socialização do saber, o que é confirmado pela manutenção dos altos índices de evasão e de repetência e pela impressão generalizada que, mesmo os alunos que concluem os diversos graus de ensino, o fazem sem ter se apropriado dos conteúdos culturais, de forma a lhes permitir uma interferência efetiva na sociedade. Embora taxas de repetência e de evasão escolar não sejam explicativas quanto à qualidade do processo educativo, não deixam de ser sua face exposta, e, portanto, mais sujeita a críticas; é preciso garantir efetivamente a apropriação dos conteúdos culturais, especialmente, os filhos da classe trabalhadora, que têm na escola, sua maior oportunidade de acesso ao saber historicamente produzido, em sua forma mais elaborada. (FINATTI, 2012, p.1)

Em uma sociedade capitalista como a que vivemos, contraditória e hierarquizada, torna-se comum a seletividade, objetivando escolher quem vai ser incluído ou quem será excluído. Esta é uma triste realidade, pois a escola é um lugar, por excelência, de conscientização, via conhecimento e, portanto, o acesso faz com que as pessoas superem o senso comum e comecem a ter visão crítica e a interferir para a transformação da sociedade e a mobilidade social de alguns grupos. A sociedade capitalista é eivada de contradições e essa é mais uma delas.

Numa escola verdadeiramente democrática, o profissional tem vez e voz, pode ser consultado e tem oportunidade de se pronunciar, expressando seu parecer, avaliando também seus documentos, bem como os alunos que são os maiores interessados numa escola realmente significativa. O acervo cultural e/ou a capacidade de nossos educandos, não podem ser subestimados, nem a importância de sua contribuição para interferir nas mudanças que se fazem necessárias no interior da escola, bem como no sistema educacional.

Em muitos casos, há um número significativo de reprovações, que talvez nem fossem necessárias, se concomitante às dificuldades inerentes ao processo, como ensino, avaliação e aprendizagem entrelaçados, para que não haja lacuna na apreensão dos conhecimentos, fossem realizadas recuperações paralelas, já iam sendo resolvidas muitas questões, evitando assim um número considerável de reprovações e até mesmo de aprovações por conselho de classe.

Embora teoricamente, a metodologia tradicional é um fato do passado, é possível vê-la bem presente em sala de aula atualmente.

É em função de conhecimentos supostamente não adquiridos que a retenção de alunos tem sido justificada. Ora, como explicar que alunos que têm dificuldades semelhantes no domínio de saberes escolares fundamentais, possam ser tão diferenciados e apartados pelo método de avaliação escolar e de promoção de alunos? (FINATTI, 2012, p. 9)

A Escola não prioriza conteúdos importantes, mas como um “costume”, caminha ano após ano, sem parar para avaliar o que realmente é de relevância para os estudantes. Assim, temos uma carga enorme de conteúdos, aprende-se um pouco de cada coisa e deixa de *aprender bem* o que é útil para a vida civil, no desempenho de funções sociais.

Quando não é aproveitado o acúmulo cultural do aluno, seu contexto escolar, o que pode utilizar para o aperfeiçoamento do seu aprendizado, ele só consegue incorporá-los de forma mais sofrida, porquanto tem que se virar sozinho, juntando, de alguma forma, o conhecimento acadêmico, com sua prática social.

O professor deve estar constantemente revendo sua prática, isso faz parte do trabalho docente. Ele é responsável pela aprendizagem, não com exclusividade, mas não pode eximir-se.

A escola deve, impreterivelmente, educar para a cidadania, a consciência crítica que gera luta para que as demandas sociais sejam supridas. Para isto, não pode permanecer voltada, centrada em si mesma, mas levar a sociedade a quebrar paradigmas, a mover-se, a lutar. A escola, posta em uma comunidade, tem que estar atenta às suas necessidades, ao seu momento histórico, motivar, travar lutas, dar sentido, responder anseios e suprir necessidades ou induzir o indivíduo a buscar supri-las.

Reprovar? Vale a pena? Quais as conseqüências? O que agrega ao aluno que passa por tal experiência? Independente do mérito do aluno, que pode ser carregada de subjetividade, por certo a reprovação deixa rastros, conseqüências. Embora na atualidade este fato parece já não ter o mesmo peso de outros tempos, mas é provável que sentimentos não saudáveis acompanhem estes alunos. “Assim como a escola pode construir a excelência, pode construir o fracasso escolar. Não bastasse isso, o processo da reprovação escolar, ao se abater fortemente sobre a escola pública, onde está matriculada a população que menos possibilidade tem de acesso aos bens culturais, constitui-se em instrumento de dissimulação das desigualdades socialmente construídas, através do qual, tem lugar um processo de seleção e de segregação de toda uma classe, que permanece excluída das oportunidades educacionais e sociais, sob a 'justificativa' de que sua competência ou mérito individual, foram considerados insuficientes pela escola. (FINATTI, 2012, p. 14)

Avaliar para que? Para reprovar? O objetivo da avaliação é verificar onde não houve a aprendizagem, e então corrigir, prosseguindo o processo rumo à autonomia, ao progresso, possibilitando a mobilidade, a transformação social. Não que isto seja um fator garantido, mas pode ser uma possibilidade. Embora a escola em suas ações pedagógicas deva se utilizar do contexto cultural onde está localizada mesclando conteúdos e cultura do aluno, não deve fugir ao conteúdo acadêmico mais elaborado, possibilitando ao educando o alcance de maior proximidade à comunidade científica.

A avaliação tradicional frustra a atualização histórico-cultural, na educação. Baseada em exames e provas, exteriores ao processo de ensino, na qual se insere a prática das reprovações anuais, está articulada com o próprio método de ensino antieducativo de nossas escolas. É uma verdadeira concepção de educação impregnada no discurso e na prática da escola tradicional brasileira que se identifica com um pseudo-ensino, fundado na imposição de conteúdos e na passividade do educando. (PERRENOUD, 1993) Comprovadamente, a escola tradicional produz um pseudo-ensino, com imposição de conteúdos e passividade do educando, no



estilo de educação bancária.

A partir do momento em que haja ensino de qualidade, não há necessidade de reprovação, pois havendo qualidade, há também aprendizagem e a aprovação será uma consequência automática.

Pois, resolve aprovar sem saber? Sem acompanhamento e sem ajuda de profissionais especializados? Isto não é um “massacre cultural”? São necessárias mudanças urgentes no sistema, na estrutura, na organização do estabelecimento, na metodologia. Pode até haver aprovação, mas se não houver aprendizagem, o fracasso, ainda que mascarado, permanece. A questão não é reprovar, mas ensinar de verdade. Porém, para isto há que se ter condições favoráveis, mudanças.

Os determinantes de um bom desempenho não são totalmente acadêmicos e nem apenas de domínio cognitivo, pois as formas de se avaliar o aluno envolvem muitos outros aspectos, inclusive relacionados a questões que não se limitam à dimensão da aprendizagem. Porém, comprovadamente, há estudantes que são retidos e no ano seguinte melhoram sensivelmente seu desempenho.

Para realizar plenamente a função da escola é necessário que os educadores, a par de sua opção política pela transformação da sociedade, possuam clareza teórica de conteúdos significativos do saber elaborado, em consonância com seus interesses de classe. É importante que lutem contra a seletividade e a discriminação realizando um ensino de qualidade. O trabalho da escola será tanto mais articulado e coerente, quanto mais oportunidades houver de planejamento, reflexão, definição de linha de trabalho comum, enfim quanto mais for realizado um esforço coletivo para analisar os caminhos e as conexões que a escola estabelece com o contexto social. É necessário que a educação se constitua em instrumento efetivo na formação do cidadão participativo, autônomo e crítico, demonstrando um compromisso genuíno com a educação democrática, fazendo corresponder à concepção teórica e política, uma prática educativa consistente e coerente. (FINATTI, 2012, p. 15-16)

Ainda,

A democratização da educação brasileira parece ser caracterizada por uma dualidade, um perfil estranho e dialético de realização social. Se por um lado avança na direção das principais demandas sociais, por outro, num mesmo movimento, também tende a anular esses avanços, gerando efeitos perversos em outra ponta. Tal traço acaba por reiterar a desigualdade, como elemento característico de nossa formação social. Os últimos 20 anos registraram vários esforços para melhoria do fluxo e, de fato, os indicadores melhoraram substancialmente. No entanto, são números que ainda impressionam por seu efeito iníquo. O filtro entre o ingresso e a conclusão do ensino fundamental é muito seletivo, produzindo enorme exclusão educacional. Ainda sem corrigir completamente esse problema, ao mesmo tempo em que ele era atacado gestava-se no interior do sistema de ensino uma severa deterioração da qualidade. O resultado conjunto desses dois processos, é, ao final da primeira década do novo milênio, um sistema educacional ainda muito excludente, com

qualidade muito baixa e fluxo ainda perverso, principalmente nas escolas que atendem à clientela de menor poder aquisitivo, o que tende a elevar a desigualdade de oportunidades, em especial a educacional. (TAVARES; CHEIN; FREGUGLIA, 2012, p. 19)

A reprovação produz seleção e exclusão, o que contraria o princípio de uma educação democrática e incluyente. A escola deve ter autonomia verdadeira para adequar seu currículo, de acordo com sua realidade cultural.

Evidente que a causa da reprovação não existe somente de um lado, mas a participação de cada agente produz o fracasso escolar, como diz Oliveira:

Compreendendo o fracasso escolar não como um fracasso individual do aluno, mas como um fracasso da escola, produto das dificuldades da mesma em ensinar a grande e diversificada população de alunos. Estudos chamam atenção para a existência de práticas, rituais, rotinas presentes na escola que pouco ou nada contribuem para melhoria da qualidade do ensino, problematizando mecanismos pelos quais a escola organiza seu trabalho – os quais estariam refletindo a presença de uma lógica de seleção, classificação, fracionamento, homogeneização, ou seja, de exclusão. (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

A estruturação do ensino pela reprovação parece fazer com que certos educadores se lamentem mais pelo aluno passar de ano sem saber, do que por eles não saberem, independente de passarem ou não. Como se passar para a série seguinte sem saber fosse pior do que não saber e continuar na mesma série, com o agravante de ser estigmatizado pela reprovação e ferido em sua autoestima.

A reprovação mascara a incompetência da escola, pois a reprovação é justificada pela não aprendizagem. Contudo, verifica-se uma ausência de ações que procurem buscar soluções para as situações de não aprendizagem. Seria importante pensar na realização de uma avaliação institucional para concluir onde se encontram, enquanto instituição, os fatores que impedem a qualidade.

Paro (2000), citando Bourdieu & Passeron (1975) afirma que reprovar significa pôr a culpa no aluno pelo fracasso, pois parece ficar evidente a concepção de que o aluno reprovado não passou porque não estudou. De tanto assumir como verdadeiro que basta estudar para aprender e que estudar é responsabilidade apenas do aluno, passa-se a admitir também que quando não se aprende (e a reprovação é essa constatação) o culpado só pode ser quem não estudou. A escola precisa ser eficiente, mas para isso precisa de condições favoráveis.

Os costumes mudam, a cultura vai se modificando e por consequência das mudanças, o próprio comportamento do ser humano vai sendo modificado, mas o que não muda é o sistema educacional; este continua o mesmo. Por isso, há uma

incompatibilidade entre ensino e aprendizagem, nos relacionamentos intraescolares, naquilo que a escola necessita e no que o governo proporciona.

Como conciliar agitação e aprendizagem efetiva? Por outro lado, muitas vezes o comportamento do aluno é uma demonstração, uma re-ação corajosa de rejeição àquilo que convencionou-se chamar de “aula”. Outrora tínhamos alunos “concordantes”, passivos. Isto não significava entusiasmo, contentamento, mas adestramento. Hoje, as reações em sala são rebelações, *sintomas* de que “algo não está bem”.

Fato é que os gestores, os coordenadores pedagógicos, professores, enfim, os educadores, precisam decidir, ter coragem, enfrentar e romper com a escola tradicional que está aí, ainda.

A quantidade e o foco dos conteúdos precisam ser revistos também. Conteúdos alheios à realidade do aluno, em quantidade exagerada, acabam por causar o desinteresse do aluno, o que gera pouco (ou nada) de aprendizado de muita coisa, quando poderia aprender melhor, sobre conteúdos selecionados e que são significativos. E reprovar (ou aprovar) sem aprendizagem, não se preocupar com a situação do aluno, é marginalizador. Este é o principal mal que tem que ser eliminado.

A solução, segundo Paro:

Proibir o recurso à reprovação e à mera punição como solução. Em seguida, livre desse fardo moral, procurar novas soluções. Quais são essas novas soluções? Penso que são, basicamente, de duas ordens: preventivas e conjunturais. As preventivas bastam-se em todas as providências que se tomam para se fazer um ensino de qualidade que não lance mão da heterodisciplina e não leve ao descompromisso com o estudo. As conjunturais referem-se às providências necessárias precisamente para coibir a adesão à heterodisciplina e a falta de compromisso provocadas pelo sistema de recuperação ou reforço, mas que seja entendido como *correção em processo*, articulado com o ensino como um todo, sem reduzir-se a mero remendo ou a prêmio de consolação para os que não conseguem aprender. (PARO, 2001, p. 146-147)

E ainda, segundo Paro:

A espécie de ensino que nossa escola pública, há muito, vem proporcionando a seus alunos. A simples observação do modo como se encontra perdido o professor – quer por seu precário domínio do ofício, quer por sua falta de condições mínimas de trabalho – sem lograr, em sala de aula, desenvolver algo

que se possa chamar de relação ensino-aprendizagem, dispensa a busca de outras razões para o baixo rendimento escolar. (Idem)

## Capítulo 2 - Fatores externos à escola que promovem o fracasso escolar

As transformações que ocorrem nas sociedades são muitas e acontecem rapidamente e a escola não recebe a ajuda para combater determinadas demandas da sociedade contemporânea que influenciam no pedagógico do cotidiano escolar.

A escola é o lugar de lutas de classes onde se registra as desigualdades de sucesso, segundo as desigualdades sociais, entre outros. A escola pode se consolidar como um espaço de manutenção das desigualdades e enrijecimento da estratificação social, ou pode se manifestar como uma possibilidade de acesso a oportunidades que promovam alguma mobilidade social.

O Fracasso escolar não é produzido somente no interior da escola, mas deve-se analisar as condições sociais, educacionais, políticas que criam essas situações; o entorno, o contexto. Diferentes condições de capital econômico, social e cultural das famílias geram diferentes impactos sobre as aprendizagens e sobre os desempenhos dos estudantes.

Paro, citando Milton Santos, diz:

A diferença entre cidadão e consumidor é que o consumidor se apropria de bens finitos, que se acabam com o consumo, enquanto o cidadão se apropria de bens que, quanto mais ele consome, mais ele pode consumir, são para sempre. [...] No senso comum da sociedade mercantil, o termo consumidor está associado a uma estrita relação de compra e venda. Por isso é bom associar a educação ao direito do cidadão que, como sujeito humano-histórico, tem o direito de apropriar-se da cultura produzida historicamente e que deve ser herança de todos, não privilégio de uma minoria que pode pagar por ela. (PARO, 2000, p. 166-67).

Educação não é mercadoria e não pode ser tratada como tal, tampouco ser privatizada, pois conforme a CF/88 e a LDB, 9194/96, esta é um dever do Estado e um direito do cidadão. Porém, numa sociedade capitalista, onde predomina a exploração e cada vez mais a dominação, embora se autodomine democrática, onde estão os direitos dos cidadãos, principalmente dos trabalhadores, por educação de qualidade, emancipadora?

A situação social/cultural, sem dúvida, tem influência nos determinantes escolares, e faz com que a condição escolar produza a aprovação ou a reprovação,

e não raro a evasão escolar.

A promoção automática leva a uma reflexão sobre a necessidade da qualidade em educação, já que o ensino precisa de urgentes mudanças para atingir seus objetivos propostos. Necessita-se uma nova escola, onde não se estude para passar de ano, mas para aprender de fato, com encantamento, com alegria.

Uma das prioridades para aquele que encontra dificuldades para aprendizagem, além do conteúdo não significativo, para além também da metodologia utilizada, é o apoio, atividades extras, acompanhamento por profissionais de outras áreas, para que haja aprendizagem verdadeira e como consequência, a não retenção.

A escola deve ser eficiente, mas para isto deve ter condições plenas, estrutural, pedagógica, condições materiais, de equipamentos e financiamento, profissionais com formação, entre outros aspectos que influenciam na qualidade da educação oferecida.

Os diferentes capitais culturais, sociais, econômicos das famílias são, entre outros, condicionantes dos resultados pedagógicos nos anos letivos escolares. Numa sociedade capitalista o fracasso escolar não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas em grande parte da condição econômica e social em que esta se encontra, e onde a igualdade de direitos é mera utopia, pois o ensino é ministrado como se vivêssemos numa sociedade igualitária. Porém, não são inteiramente determinantes, pois há casos em que o agente social consegue perseverar em seus processos educativos, logrando êxito até mesmo para conseguir a tão sonhada mobilidade social.

Para Dubet,

A evasão e a reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama "exclusão", ou seja, é também um problema social. As leis garantem o direito à educação. Ocorre que há um grande distanciamento entre este e a prática social. (...) Levando em consideração a sociedade do capital, ou seja, perceber que nesta o fracasso escolar não tem como determinante somente em aspectos específicos, não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas é preciso compreender que a condição econômica social tem grande peso nesse processo. (DUBET, 2010, p.112)

### Como Sampaio vê o fracasso escolar:

A questão do fracasso escolar é, antes de tudo, um indicador de desigualdade social, cuja manifestação é escolar, mas está longe de ser um assunto somente da escola. Portanto, ao falar “fracasso escolar” deve se ter em mente a vida dos alunos mas também o baixo atendimento salarial dos professores, a precariedade das condições da escola, etc. O que está em jogo é a compreensão crítica do currículo visto como “currículo em ação” (práticas pedagógica, organização escolar) e esclarecer quais relações existem entre ele e a manutenção da exclusão social e da seletividade escolar. O descompasso entre os processos de ensinar e aprender e a organização dos currículos em tempos estanques e fragmentados são pontos que contribuem para uma produção do fracasso escolar. (SAMPAIO, 2004 apud BRAGHINI, 2010, p. 203)

Por outro lado, resolve aprovar sem saber? Sem acompanhamento e sem ajuda de profissionais especializados? Isto não é um “massacre cultural”? São necessárias mudanças urgentes no sistema, na estrutura, na organização do estabelecimento, na metodologia. Pode até haver aprovação, mas se não houver aprendizagem, o fracasso, ainda que mascarado, permanece. A questão não é reprovar, mas ensinar de verdade. Porém, para isto há que se ter condições favoráveis, mudanças.

Percebe-se então, que o fracasso escolar, este não só reprovação, mas também evasão e não aprendizagem, é consequência de vários fatores que determinam os resultados finais na escolaridade do aluno, no percurso do ano letivo. Essa situação aprofundada pela escola tem consequências que refletem no futuro dos jovens.

Há uma desigualdade não só do acesso à escola, na verdade está se falando de uma desigualdade do acesso à vida adulta. Porque todo esse percurso vai fazer falta no momento da inserção no mercado de trabalho, da construção de uma família, de selecionar bairros onde se vai morar em função do capital cultural e econômico<sup>1</sup>

A participação da população na gestão da escola tem a ver com as iniciativas necessárias para a superação da atual situação de precariedade do ensino público no País. Diante da insuficiência da ação do Estado para um ensino público de qualidade e em quantidade compatível com as necessidades da população, esta deve tomar a iniciativa de exigir os serviços a que tem direito. É a população usuária que mantém o Estado com seus impostos e é a ela que a escola deve servir, procurando agir de acordo com seus interesses. O caminho para uma sociedade democrática, não se restringe ao voto nas eleições, mas exige ações democráticas do Estado, para que aja em benefício dos interesses dos cidadãos. Estes, por sua vez, precisam exercer controle, onde se concretizam os serviços que o Estado tem o

---

1 Trecho de entrevista concedida pelo pesquisador Prof. Dr. Paulo Carrano, disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/tese-mostra-que-escola-reproduz-desigualdade-social> (acessado em 11/02/2016)

dever de prestar, como o caso da Educação. O Gestor, por sua vez, deve prever mecanismos para a participação dos educadores, alunos, como também de toda a comunidade a quem deve servir.

Para funcionar a contento, a escola necessita da participação de todos: alunos, pais ou responsáveis, comunidade em sua diversidade, para implementar e efetivar ações que contribuam para o bom desempenho do estudante.

Levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quanto com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhe quão importante é sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadãos. (PARO, 1995, p. 16)

Com relação à administração das unidades escolares, trata-se de refletir acerca de como se dará a participação dos pais na escola e qual o papel reservado a eles em colegiados. Há a crença unânime entre professores, coordenadores pedagógicos, funcionários e direção, da importância na ajuda dos pais para o bom desempenho dos alunos na escola, no estudo e na realização de lições de casa, o que todos consideram mais importante é a atenção e o estímulo que devem ser apropriados aos estudantes.

Verifica-se a importância da conscientização da população, para ação destes sujeitos sociais, na luta para mudanças nas demandas de atendimento político e nos investimentos que se fazem necessários. Comprovado é que sem luta, muitas coisas deixam de acontecer e que é só por meio de pressão que se consegue algo. Apenas a consciência não é suficiente para modificar a realidade, é preciso ter as condições materiais para efetivas mudanças.

Creio também no significado da parceria escola e família, para que haja sucesso escolar com relação a aprimorar a aprendizagem como também no esforço conjunto contra as desigualdades educacionais e as injustiças sociais. Tem que haver coletividade, cumplicidade na luta para que se estabeleçam direitos.

Isto não significa transferir a responsabilidade da qualidade da educação inteiramente para a família, mas como parceira, engrossar as reivindicações para que o Governo desempenhe melhor a parte que lhe cabe, considerando porém, as dificuldades familiares. Por conta da situação financeira dos pais: como conseguem estar na escola com mais frequência, se tem compromissos laborais e alguns não conseguem nem aquilo que a Lei lhes garante? Isto decorrente da acentuada



desigualdade social, de que é vítima a nossa sociedade contemporânea.

Atualmente a escola está incumbida de muitas ações, as quais não lhes cabe prioritariamente, daí a importância da parceria com a família, num trabalho conjunto.

Nesta linha de pensamento vários sociólogos produziram uma análise crítica sobre o funcionamento da escola e seu papel na reprodução das desigualdades sociais e escolares, o que infelizmente é uma realidade que necessita, com urgência, ser modificada. Mas como conscientizar os professores, os educadores a mudar o discurso e a prática para que a escola não continue sendo reprodutora de injustiças e desigualdades sociais?

Professores, em sua grande maioria, acham que os culpados pelas dificuldades na escolarização, encontra-se na falta de acompanhamento da família, sem pensar, talvez, na responsabilidade que lhes cabe, assim como nas questões sociais inerentes ao processo educativo e ao sujeito social que lhe está posto a frente, com suas problemáticas e dificuldades. Há uma transferência de culpa entre professores e famílias. Isso não resolve o problema, ao contrário, o ideal é uma parceria.

A família valoriza o ambiente escolar. Percebe-se isto por sua fala, quando comparecem a escola, no sentido de aquisição de valores, da possibilidade de mobilidade social, e por que não, até mesmo para “o cuidado”, no período que seus filhos estão na escola.

É necessária uma maior investigação junto à comunidade escolar para se estabelecer maior compreensão do fenômeno de fracasso escolar, considerando condições econômicas, familiares.

Ainda, no caso das camadas menos favorecidas, o aluno trabalhador, que necessita frequentar aulas no período noturno, passa por dificuldades maiores, como roubos, ameaças, dificuldades de percurso escolar, como o perigo de determinadas abordagens para as meninas e, infelizmente, não há, por parte do Estado, o apoio e a assistência necessária, como no caso de segurança, por intermédio de policiamento.

E que produz isto no aluno? Que ânimo ou incentivo o motiva para a

caminhada educativa? Que disposição ou estímulo há para continuar, para perseverar?

A escola pública realiza processos desiguais de ensino de acordo com o nível sócio-econômico dos alunos. Essa situação, aprofundada pela escola, tem consequências que refletem no futuro dos jovens. Há uma desigualdade não só do acesso à escola, mas na verdade está se falando de uma desigualdade do acesso à vida adulta. Porque todo esse percurso vai fazer falta no momento da inserção no mercado de trabalho, da construção de uma família, de selecionar bairros onde se vai morar em função do capital cultural e econômico.

Lahire (1997) considera outros aspectos familiares importantes, influenciáveis, tais como: situação socioeconômica, divórcio, morte, doenças ou uma situação de desemprego.

Também, no sentido contrário, isto é, influenciando positivamente, como planejando horários, controle de relações dos filhos, respeito aos professores, transmitindo, vivenciando e exigindo a prática de valores, transforma-se em hábitos disciplinares; mais do que isso, ajuda a construir disposições favoráveis ao trabalho escolar e, em consequência, em exercício cognitivo.

A cultura transmitida de geração para geração não são apenas costumes, aprendizado escolar, mas o repasse das mais variadas situações subjetivas inerentes à socialização e as próprias experiências escolares vivenciadas pelos familiares, e estes, não necessariamente entendidos apenas como as pessoas pertencentes apenas à família próxima, mas à família estendida, aqueles que estão envolvidos no cuidado de cada criança e/ou adolescente.

Importante destacar que não é suficiente falar, transmitir, mas também, saber ouvir, oportunizar ao ser humano a chance de se expressar, de realizar a sua participação, colocando seu parecer, seus anseios, dúvidas e incertezas.

Lahire (2013) reitera a necessidade de investigação atenta de cada situação, devido à variedade de situações que envolvem cada estudante, suas relações familiares, sociais e os princípios educativos presentes na escola. Embora cada indivíduo tenha sua peculiaridade, mas traz consigo traços do passado que se incorporam aos atuais.

Conclui-se que o indivíduo rejeita ou assimila o processo educativo; mas como elaborar um julgamento, sem conhecimento das causas que o levam a rejeitar? Sem uma análise de sua relação com o seu meio? O peso das influências deste sobre suas tomadas de decisões? E como realizar isto, se os profissionais trabalham com situações limítrofes de horários, de condições técnicas, de quantidade de atividades por pessoa?

Há uma certa cobrança, e até obrigatoriedade da participação da família no acompanhamento aos processos escolares, o que é legítimo. Porém, onde estão os direitos constituídos de educação para todos e educação plena? Assim como existem direitos e deveres dos pais, como também Leis que devem ser cumpridas pelo Estado e este não o faz, é direito – e dever dos pais, lutar para que a Lei venha a ser cumprida. Isto porque, todo esse conjunto de fatores, influencia na aquisição da aprendizagem, na aprovação, como também na reprovação.

Mesmo os críticos em educação, acabam por jogar para a escola boa parte da responsabilidade sobre o fracasso. Embora reconheça que existe uma necessidade de mudança também no interior das instituições, esta não poderá resolver muitas questões do cotidiano escolar sozinha, pois foge da sua competência, nas esferas de profissionais, cuja formação é restrita à área educacional. Por outro lado, é evidente que quem precisa dar sentido ao processo, é a escola, com conteúdos e metodologias significativas. Bourdieu (1998), vê a escola como um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de que vivemos numa sociedade onde todos têm igualdade de oportunidades. E isto não é verdade. É nisto que a escola deve parar, fazer uma reflexão e uma retomada de direção, para que possa contribuir com a sociedade no sentido de ajudá-la a perceber a desigualdade social em sua profundidade, bem como leva-la a lutar para que barreiras sejam quebradas, direitos sejam respeitados e efetivados. Um exemplo que podemos citar é a oportunidade de acesso igual a todos, ao ensino superior.

Uma das questões mais relevantes quanto ao fracasso escolar, é a de que nos deparamos com os problemas que o geram, mas não nos dispomos a lutar para que ocorram as mudanças necessárias; há falta de consciência política e disposição para reivindicação daquilo que é justo e que faz toda diferença para as transformações, que geram benefícios não só para os alunos, como para todo o

processo educativo.

A questão principal não é reprovação ou não, mas a questão da qualidade do ensino, da aprendizagem significativa. A aprovação é uma consequência de um ensino de qualidade. Mas para tal tem que existir condições favoráveis.

E as condições de trabalho? E a organização da escola? São algumas das condições que torna impossível o Ensino de Qualidade. As condições de trabalho: somente quem participa do cotidiano escolar é capaz de avaliar o peso destas condições e como são determinantes para o fracasso escolar. Outro agravante: a negação do Estado e a culpabilização deste aos educadores pelo insucesso, quando somente uma análise ampla da vida da escola, é capaz de aproximar da verdadeira razão daquilo que é causa deste mal social que tanto prejuízo traz à vida escolar de tantos cidadãos, crianças e adolescentes.

Com relação às condições de trabalho, segundo Paro:

Um dos aspectos mais proeminentes da falta de condições mínimas de trabalho docente e que tem permanecido imune a qualquer consideração de bom senso ou de decência das autoridades governamentais é o excessivo número de alunos por sala de aula, especialmente nas primeiras séries do ensino fundamental. Só mesmo a extrema insensibilidade ou a falta de qualquer contato com a dura realidade de nossas escolas, com as necessidades educativas de seus usuários e com um padrão mínimo de qualidade e atendimento educativo, pode levar à aceitação de classes com 35, 40 ou mais alunos e à crença de que apenas um professor, mal pago e mal assistido, possa levá-los todo ao êxito na apreensão do saber necessário à escolaridade fundamental. Quem não for cego à realidade percebe que, já na organização das turmas, o poder público oferece um ensino fadado ao insucesso, pois ao número razoável de 20 ou 25 alunos que poderiam ser educados, acrescenta outros tantos que, não só não terão condições de aprender com proveito, mas disputarão com os primeiros as más condições de trabalho oferecidas ao professor. (PARO, 2001, p. 99)

Outro agravante: outrora a figura do professor tinha um status considerável. Hoje é prejudicada pelo cansaço o que acaba por ser confundido com incapacidade ou descompromisso, porém, só cada profissional consegue mensurar o que significa 4, 8 ou 12 horas de aulas diárias em uma sala de aula, com todo o contexto cultural a enfrentar. “O Estado, verdadeiro responsável pelas más condições de trabalho do professor, sequer aparece como causa do mau ensino, e a culpa passa a ser apenas da má vontade, ou do 'egoísmo', do professor”. (Paro, 2001, p. 103)

No enfrentamento das dificuldades diárias, o papel da coordenadora

pedagógica é muito importante, para inovar, auxiliando com ideias, materiais e apoio. O poder público incentiva a aprovação escolar, porém não oferece garantias mínimas de condições para uma aprendizagem com qualidade.

Inúmeras vezes, enquanto sociedade civil, há reclamações, críticas, mas nenhuma tomada de atitude, no sentido de cobrar dos governantes, para que haja valorização e destinação de recursos que supram as necessidades, sabendo que educação não é gasto mas investimento.

### **Capítulo 3 – Gestão Escolar e Avaliação Institucional: estratégias para enfrentar a reprovação**

O papel do Gestor é de relevância muito grande para a eficiência do processo, como também para o sucesso do resultado final, pois quando o *pedagógico* não é priorizado, que qualidade pode existir? Como haverá a construção de autonomia, quando a ênfase do processo não é, prioritariamente a aprendizagem e a construção da autonomia?

Para que não haja reprovação, o ideal é corrigir as dificuldades, a não-aprendizagem, durante o ano, no decorrer do processo, mas isto não é possível somente enquanto instituição, pois existem problemas que a organização do trabalho pedagógico não consegue solucionar sozinha, mas depende de outras instâncias profissionais, de mudanças sociais também, de longo prazo. Sem compromisso político pelo poder público, é difícil pensar em mudanças significativas referentes ao fracasso escolar.

Em todos os momentos e circunstâncias da vida, existe um processo avaliativo, e, decorrentes destas avaliações resultam juízos, que podem ser de valoração positiva ou negativa.

Visto que outras pessoas estão com olhares voltados para as ações e condutas pessoais, não deve também se realizar auto avaliações periódicas, a fim de fazer um balanço dos resultados de nossas atitudes e práticas, e de acordo com as conclusões obtidas, pensar na possibilidade de troca de metodologia, especialmente com relação aquelas práticas onde percebe-se que os resultados alcançados não estão de acordo com os objetivos propostos, e a partir de então, rever estratégias e retomar caminhos, a fim de que os alvos, as metas, sejam alcançados?

Visto que isto vale para a prática individual, que diria de instituições, onde acontecem as ações de várias pessoas, com diferentes modos de pensar e valores tão diversificados? Como é possível o andamento de trabalhos, dia após dia, ano após ano, sem uma parada obrigatória para avaliar práticas, rever estratégias, retomar decisões? Isto é indispensável para o bom andamento de instituições, sejam

privadas ou públicas.

No caso de instituições escolares, para que haja educação de qualidade, é imprescindível parada obrigatória para reflexão, avaliação, troca de direções e retomada de posições, garantindo desta forma, rever estratégias, para que flua a educação mais eficaz e a escola cumpra sua função social.

Como descobrir as causas das dificuldades pedagógicas, a não ser através de avaliações? Que são avaliações, algumas pelos menos, senão oportunidades de diálogo, de conversa franca, aberta, de proposições, onde podem brotar percepções, opiniões, novos olhares, novos caminhos a serem percorridos, ocasionando possibilidades de mudanças, de conversões? A avaliação não resolve os problemas, mas pode ser um instrumento importante na construção de diagnósticos, para retomada de direções.

Outra dificuldade pela qual perpassa o processo educativo é o tratamento ou a exclusão dos pais pela própria escola. Estes praticamente só são solicitados a comparecer quando é para reclamar, tomar conhecimento de fatos negativos com relação ao comportamento dos filhos, mas não para tomar parte em decisões importantes, que envolvem o andamento do processo escolar e da instituição. Até mesmo, convidar a comunidade para avaliar a escola. Repito: para que isso ocorra é preciso ter coragem. Mas por certo, os benefícios são inerentes à gestão verdadeiramente democrática. O contrário também é verdadeiro: a falta de avaliação e de parceria com a comunidade reflete na ineficiência, como a escola que temos. Mas não percebemos interesse, propósito para tais mudanças.

Bastante relevante também, para a questão da não aprendizagem o fato de não olhar a subjetividade do aluno, isto é, não o ver como um ser social, carregado de emoções, de problemas e dificuldades. Este não é somente intelecto, cognitivo, mas um ser complexo, cuja complexidade é influenciável e influencia no processo da aprendizagem.

Deve-se ter coragem para realizar avaliação institucional e a avaliação do professor pelos alunos, pois não avaliamos os alunos também? A preocupação com o aperfeiçoamento da própria prática pedagógica devia ser uma constante entre os professores. Mas isto só é possível, após uma autoavaliação e uma avaliação

também por parte dos alunos e/ou de outros profissionais. Isto contribui para o bom ensino e este contribui para diminuir e/ou eliminar a reprovação.

Quando se fala em “Avaliação Institucional”, é imprescindível a participação da família, pois a esta cabe o direito de opinar para as tomadas de decisões também, já que cobramos sua participação com acompanhamento, encorajamento e estímulo, durante o processo educativo. Sendo assim, a família torna-se também competente para exercer não só o controle social, como efetivar parcerias nas reivindicações que se fazem necessárias, cobrando por melhorias na qualidade da educação.

Souza define a importância da participação da família,

[...] as escolas podem e devem desenvolver mecanismos próprios de avaliação, que auxiliem os seus processos de organização e gestão, com vistas ao desenvolvimento de mais qualidade na educação pública. (SOUZA, 2012, p. 45)

Embora cada pessoa tenha sua maneira própria de pensar, há necessidade de discussões saudáveis, para chegar a um consenso de opiniões, do qual culminará em decisões a tomar e em ações a executar, com a participação de todos. Sem avaliação há o risco da repetição dos mesmos erros, sem avanços significativos, porém, ao contrário, ocasionando um retrocesso no processo educativo, resultando na possibilidade de fracasso escolar.

Quando a avaliação estiver incorporada como parte da cultura da instituição, e por estas ocasiões todos se tornarem avaliados, uns pelos outros, haverá uma reflexão sobre o sentimento que carrega o educando ao ser avaliado. Conforme Sordi e Ludke:

Ao deixarem de ser apenas avaliadores e começarem a ser também objeto de avaliação, os profissionais das escolas são desafiados a desenvolver relações mais maduras com a avaliação e com os avaliadores de seu trabalho, sob pena de não acrescentarem qualidade política ao processo. (SORDI e LUDKE, 2009, p. 316)

Na execução sistemática da avaliação institucional, julgam-se ações de todos os profissionais, onde se requer humildade para aceitar o que for apontado, no sentido de melhorar as práticas, das quais, a ação docente nunca é acompanhada.



Se os professores e sua ação fossem avaliados por seus alunos? O que eles pensariam disto? Como se sentiriam? Haveria modéstia suficiente para admitir como possíveis verdades as argumentações dos alunos? Não afetaria benéficamente a aprendizagem e, conseqüentemente a qualidade do ensino? Mas será que nos cursos de formação, é ensinado algo sobre avaliação?

É inconcebível que após percepções de que as coisas não caminham bem, não se conclua a necessidade de parar e ponderar para reflexão coletiva com a comunidade, abrindo para a participação desta e posterior colaboração em parceria, pois as famílias de alguma forma, podem oferecer algo para melhoria da qualidade da educação. Ou porventura, não existe esta percepção? Será que “está tudo bem”?

#### Para Sordi e Ludke

Observa-se uma certa apatia dos envolvidos que parecem não reagir, de modo proativo, à situação. A tendência é que a força dinamogênica da avaliação ceda lugar à aceitação e ou negação pura e simples da medida informada, mesmo quando esta não leva em conta os fatores associados. *Constrói-se uma cultura de indiferença* (grifo nosso) aos dados da avaliação e, por outro lado presencia-se uma certa idolatria das notas boas, que passam a orientar a escola a buscá-las, mesmo que, discursivamente, contestem seu valor, sua exatidão ou suas formas de obtenção. Os meios acabam justificando os fins. (SORDI e LUDKE, 2009, p. 320)

Ainda que, reafirma-se a necessidade de avaliação da escola por seus pares, pela comunidade, das situações, da ensinagem, do aprendizado e as possíveis formas de transformações, inclusive para encarar com coragem a mudança do próprio currículo. É possível, no ambiente escolar, situações dialógicas para análise de percursos, renovação de ideias e reposicionamentos. Por não se tratar de ambiente estático, é possível trocas de estratégias, pois como pretendemos formar cidadãos plenos e críticos, assim os profissionais devem agir também, podendo então transpor para além dos muros da escola críticas, inovações e lutas por melhorias, não só para o próprio estabelecimento, como para a qualidade da educação em geral. Mas para isto, o início deve partir de uma situação de avaliação.

Uma vez estabelecida a avaliação institucional coletiva, surgem alternativas de procedimentos que certamente levarão à concretização mais aperfeiçoada do papel social da escola, onde se travam lutas para transformação social, podendo inclusive, resultar em mudanças benéficas na própria forma de avaliação interna da

escola. Provável é que inicialmente haverá resistência, pois não fomos preparados para ser avaliados, e não é muito fácil ouvir algo que pode se tornar complicado admitirmos, já que estamos tratando com nossas falhas, mas com boa vontade, estas dificuldades iniciais serão superadas, já que o objetivo de todo o processo é o benefício do processo educativo, onde todos sairão ganhando.

Crescendo a consciência sobre a importância da avaliação, esta poderá transcender para mudanças também na formação acadêmica. Pois, conforme Sordi e Ludke:

Se a escola lhes for apresentada como uma realidade pronta e acabada, submetida a um conjunto de imposições político-normativas ao qual apenas cabe a reprodução, evidentemente contribui-se para a inércia institucional. Para a manutenção de relações verticais no cenário escolar, para a apatia dos sujeitos frente ao processo de trabalho que devem executar, mas no qual não identificam espaço algum que comporte sua marca de autoria. (...)

Ressaltamos a importância de se investir em uma nova forma de discutir a avaliação com professores, inserindo-a como uma das categorias do trabalho pedagógico, concretamente desenvolvido na escola e submetido à determinada forma de organização. (SORDI e LUDKE, 2009, p. 324)

Ao planejar sua ação pedagógica o docente deve ter em mente o “*o que*”, “*para quem*”. Assim, ao pensar a avaliação estes objetivos devem estar presentes influenciando também a forma como esta acontecerá, de acordo com o que espero daquele para quem planejei o conteúdo. Isto pode trazer uma diferença na forma da avaliação.

Sobre a importância da avaliação na formação dos professores Sordi e Ludke insistem:

A insistência na importância desta aprendizagem embasa-se nos prejuízos decorrentes da ausência deste repertório quando processos externos de avaliação invadem a escola e encontram professores e equipes gestoras desarmados para o trabalho de tradução de seus significados. Sem discurso para problematizar a avaliação de sua escola, tendem a receber passivamente os dados, ao que se segue uma postura de indiferença frente aos mesmos, lesiva ao projeto pedagógico. (SORDI e LUDKE, 2012, p. 325)

Ainda

Reagir aos dados dos processos de avaliação externa não pode ser entendido como negação apenas daquilo que estes informam. A reação que advogamos, necessária e politicamente consequente, implica saber buscar as evidências que

sustentam as informações do relatório e assumir a titularidade de discuti-las à luz da realidade local, de forma contextual e histórica. (ibidem)

Consciência política é não aceitar *tudo* o que é imposto de cima, sem uma análise da realidade local e sem contextualizar, como se só aqueles que decidem, é que são os detentores da verdade absoluta e detêm o poder de impor decisões de acordo com seus próprios olhares. Não é assim, pois os professores conhecem – ao menos em parte – a comunidade onde atuam e os problemas inerentes aos educandos locais, tendo, portanto, condições de opinar sobre as necessidades e prioridades das quais a escola local faz parte.

A partir da avaliação institucional é possível o crescimento da conscientização até mesmo por parte dos professores, que poderão se sentir mais seguros para contestar as ideias impostas e a buscar a superação das dificuldades, para eficácia do processo educativo.

A produção da qualidade na escola não pode ser decretada sem a participação da comunidade. O descuido com o envolvimento da comunidade intra e extraescolar acaba deslegitimando o processo de produção de qualidade nas escolas e desperdiçando as evidências obtidas via avaliação. (SORDI e LUDKE, 2009, p. 327)

Quando acontece a avaliação, há trocas, integração e legitimidade, propiciando o enriquecimento do que cada ator pode oferecer, aumentando o poder para a ação, indispensável a partir de decisões inovadoras, saindo então, do conformismo ou do comodismo. Também proporciona um novo olhar, pessoal e institucional, sendo então uma parada periódica obrigatória, o que ocasiona uma renovação da identidade do profissional; de questionamentos sobre o que se deseja realizar e o alinhavar de parcerias entre os pares, isto quando há um verdadeiro comprometimento e disposição para as mudanças necessárias.

O acesso do aluno ao sistema não é suficiente, mas há que acontecer aprendizagem real, o que é um desafio em nossos dias, dado a configuração social da clientela de nossos estabelecimentos, em especial nas comunidades com maior vulnerabilidade social. As mudanças sociais acontecem e em ritmo acelerado e o sistema educacional não acompanha as atuais mudanças, por isso a escola fica a mercê de *insurreições* e transtornos e aí julgamos que nossos alunos “não são

adequados” *as nossas organizações*. É a essa realidade que nossos professores, gestores, profissionais da educação em geral precisam avaliar, despertar e inovar.

Ainda citando Sordi e Ludke:

Os alunos das escolas públicas, particularmente aquelas situadas em zonas de vulnerabilidade social acentuada, apresentam reconhecidas carências de ordem estrutural e material, porém a este tipo de problema se agregam as diferenças que possuem em termos de capital cultural, dos recursos linguísticos que acionam e que tendem a não ser considerados pelos professores nas micro decisões que toma quando da organização do trabalho pedagógico. (SORDI e LUDKE, 2009, p. 329)

Os professores, atribulados com tanta demanda que exige o seu ofício atualmente e com tantos problemas com que se defrontam em sua prática, acabam por se frustrar, pois devido a subjetividade que carregam os educandos, o traze-los ao conhecimento, torna-se uma tarefa árdua e até penosa, acabam trabalhando muito e sem conseguir obter bons resultados (Sordi e Ludke, 2009).

A análise coletiva, via avaliação, da dinâmica da escola e com relação aos alunos, seus problemas e a consequência destes para a aprendizagem, obrigatoriamente traz à tona uma reflexão sobre o desenvolvimento acadêmico, sobre as formas de planejar e executar os projetos pedagógicos, o desenvolvimento destes, estratégias, dinâmicas e as formas de avaliação no processo, o que gera maior comprometimento por parte do docente. Assim como são realizados os conselhos escolares, assim também devem ser realizadas as avaliações, para possíveis mudanças nos rumos do ensino e da aprendizagem.

Toda avaliação gera mudanças, ainda que paulatinas e em pequenas doses. É assim que se conquista qualidade. Não seriam estas mudanças benéficas, além dos alunos, para os profissionais também? Não haveria maior harmonia no ambiente? Isto não implica em um clima mais favorável para a ensinagem e para a apreensão do conhecimento? Isto não modifica as condições de trabalho? Por que então tanta relutância para com a avaliação institucional?

Com relação à formação docente, os professores não podem continuar a ser formados para que repitam práticas e posturas que têm servido a fins não emancipatórios. Além da melhora na formação, os professores necessitam estar

apropriados de sua identidade profissional, ter visão ampla de cidadania e propriedade desta para transmitir aos alunos, questionando situações, levantando argumentações e estimulando cada educando na busca por direitos, encantando-o para pensar, para ir em busca de seus sonhos.

Conforme afirmam Sordi e Ludke

Os profissionais da educação precisam se fortalecer, teórica e eticamente para discutir com lucidez as relações macro e micro que afetam a escola gerando regras de um jogo, nem sempre límpidas, mas nem por isso inexoráveis. Assumir posição de não indiferença frente às crianças e seu legítimo direito de aprender pode ser considerado sinal de um bom trabalho docente em tempos nos quais nunca se demandou tanto pela qualidade da escola ainda que a contrapartida tenha sido precarizar as condições de funcionamento deste estabelecimento e do trabalho docente. (SORDE e LUDKE, 2012, p. 333)

Será que os professores param para uma reflexão, para pensar criticamente sua prática? Será que existe uma preocupação, não porquê o aluno não está aprendendo, mas será que a forma como estou estimulando, está sendo eficaz?

Desejamos mudanças? Queremos educação de qualidade? Façamos paradas obrigatórias para avaliação institucional.

## Considerações Finais

Na busca de informações, via pesquisa bibliográfica, sobre as causas do fracasso escolar, conclui-se que são vários os fatores que interferem para que os educandos venham a ter seus processos educativos frustrados, seja, não aprendizagem, reprovação e abandono ou evasão.

Fatores internos institucionais, de acordo com a particularidade de cada estabelecimento; fatores externos advindos de família e suas causas, do Estado que se omite, e assim por diante.

Cada escola, por sua vez, deve ter seus momentos de reflexão, “de balanço” de suas ações, de avaliações de relacionamentos e ações, para cumprir seu papel de forma mais eficaz.

Esta pesquisa possui relevância social, pois ainda que exista vasta literatura sobre o assunto, as mudanças rápidas e constantes na sociedade contemporânea tornam necessárias pesquisas que busquem causas e possíveis caminhos para soluções deste problema social grave que dificulta o processo educativo, sendo desfavorável para todos: educandos, famílias e a sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. UMA BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A PESQUISA ACADÊMICA DOS TERMOS “FRACASSO” E “SUCESSO ESCOLAR”. In: Educere et Educare – Revista de Educação. Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010, p. 199-206

DUBET, por FORNARI, Liamara Terezinha. *Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital*. In: Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 112-124, jan/jun. 2010

FINATTI, Jussara Bufrem Riva. Da Questão da Avaliação ao Questionamento da Escola : Um Estudo Comparativo Entre Alunos Aprovados e Reprovados. In: Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n.52, p. 48-67, maio/ago. 2012

FRANCO, L. A. A disciplina na escola. In: Revista ANDE, São Paulo, nº 11, 1986.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. pgs. 115-118. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para Sociologia da Educação – In: 36ª Reunião Nacional da ANPED – 20 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO

MENDONÇA, Alice. Insucesso Escolar: Etimologia e Definição. Universidade da Madeira. [www3.uma.pt/alicemendonca/.../insucessoetimologiaedefinicao.pdf](http://www3.uma.pt/alicemendonca/.../insucessoetimologiaedefinicao.pdf)

PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar e Qualidade do Ensino*. RJ: DP&A, 1999.

PARO, Vitor Henrique. *Reprovação Escolar: Renúncia à Educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SNYDERS, Georges. Alegria na escola. São Paulo: Ed. Manole Ltda, 1988  
(traduzido do original francês *La joie à l'école*)

SORDI, Mara Regina Lemes de, e LUDKE, Menga. *Da Avaliação da Aprendizagem à Avaliação Institucional: Aprendizagens Necessárias*. In: *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009

SOUZA, Ângelo Ricardo de e DITTRICH, Douglas Danilo. *Avaliação na escola, avaliação da escola: análise de uma experiência escolar*. In: *Est. Aval. Educ.* São Paulo, v. 25, n. 52, p. 26-46, maio/ago. 2012

ZAGO, Nadir. Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: questionamentos e tendências em Sociologia da Educação. In: *Sociologia da Educação*. Revista Luso Brasileira, ano 2, nº 3, março 2011